



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
**ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



GABRIELLA AMARAL DOS REIS GOMES

**A FORMAÇÃO POLICIAL E O CONHECIMENTO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS  
E IMPACTOS NA DIGNIDADE E PRIVACIDADE DO CIDADÃO: um contraponto  
entre teoria e prática da busca pessoal na ótica dos soldados em formação**

GOIÂNIA-GO

2024

GABRIELLA AMARAL DOS REIS GOMES

**A FORMAÇÃO POLICIAL E O CONHECIMENTO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS  
E IMPACTOS NA DIGNIDADE E PRIVACIDADE DO CIDADÃO: um contraponto  
entre teoria e prática da busca pessoal na ótica dos soldados em formação**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação da Prof. Esp. Celliny Alves Vital Barros Campos.

GOIÂNIA-GO

2024

## **A FORMAÇÃO POLICIAL E O CONHECIMENTO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E IMPACTOS NA DIGNIDADE E PRIVACIDADE DO CIDADÃO: um contraponto entre teoria e prática da busca pessoal na ótica dos soldados em formação**

### **POLICE TRAINING AND KNOWLEDGE OF INDIVIDUAL RIGHTS AND IMPACTS ON THE DIGNITY AND PRIVACY OF CITIZENS: a counterpoint between theory and practice of personal search from the perspective of soldiers in training**

Gabriella Amaral dos Reis Gomes<sup>1</sup>  
Celliny Alves Vital Barros Campos<sup>2</sup>

#### **Resumo**

A revista pessoal, sendo uma das práticas mais sensíveis no policiamento, exige que os policiais estejam bem treinados para garantir que a segurança pública não comprometa os direitos fundamentais dos indivíduos abordados. O conhecimento dos direitos individuais e a sua aplicação prática são aspectos essenciais na formação de policiais capacitados a realizar abordagens que respeitem a privacidade e dignidade dos cidadãos. Diante deste contexto, a pesquisa objetivou investigar a formação dos soldados da Polícia Militar do Estado de Goiás, com foco no conhecimento dos direitos individuais e nos impactos na dignidade e privacidade dos cidadãos durante a realização de revistas pessoais. A pesquisa combinou análise documental dos materiais de treinamento com questionários aplicados a 85 policiais em formação, com o objetivo de avaliar o nível de conhecimento teórico e a eficácia prática desse conhecimento. Os resultados mostraram que, embora os policiais reconheçam a importância dos direitos individuais, há inconsistências na aplicação prática, indicando a necessidade de melhorias no treinamento. A pesquisa sugere que a inclusão de simulações práticas, a utilização de tecnologias modernas e a formação contínua são essenciais para assegurar que as práticas policiais respeitem os direitos humanos e promovam a confiança da comunidade.

**Palavras-chave:** Direitos Individuais; Dignidade; Privacidade; Revista Pessoal; Formação Policial.

#### **Abstract**

The personal search, being one of the most sensitive practices in policing, requires that police officers are well-trained to ensure that public safety does not compromise the fundamental rights of the individuals being searched. Knowledge of individual rights and their practical application are essential aspects in the training of police officers who are capable of conducting approaches that respect the privacy and dignity of citizens. In this context, the research aimed to investigate the training of Military Police soldiers in the State of Goiás, focusing on their knowledge of individual rights and the impacts on the dignity and privacy of citizens during personal searches. The research combined a documentary analysis of training materials with questionnaires applied to 85 police officers in training, with the objective of evaluating the level of theoretical knowledge and the practical effectiveness of this knowledge. The results showed that, although the police officers recognize the importance of individual rights, there are inconsistencies in practical application, indicating the need for improvements in training. The research suggests that the inclusion of practical simulations, the use of modern technologies, and continuous

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: gabriella.reis86@hotmail.com. Telefone: (62) 993454054.

<sup>2</sup> Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Especialista em Polícia e Segurança Pública. Email: celliny@gmail.com. Telefone: 62. 985625674

training are essential to ensure that police practices respect human rights and promote community trust.

**Keywords:** Individual Rights; Dignity; Privacy; Personal Search; Police Training.

## 1 INTRODUÇÃO

A revista pessoal é uma prática comum no contexto policial, na qual os agentes de segurança pública realizam a abordagem e busca em indivíduos em atitudes suspeitas, como parte de suas atividades de patrulhamento e fiscalização. Embora seja considerada necessária para a manutenção da segurança pública, frequentemente suscita questões relacionadas à dignidade e privacidade dos cidadãos abordados, especialmente quando realizada de forma inadequada ou abusiva. Trata-se de uma prática regulamentada por leis e normas específicas, visando garantir que seja realizada de maneira justa, respeitando os direitos fundamentais dos indivíduos (Lemgruber; Junior, 2022).

No entanto, apesar das diretrizes legais, casos de abuso de poder e violações dos direitos humanos durante revistas pessoais ainda são relatados e A lei de abuso de autoridade (Lei 13.869/2019) foi atualizada para abranger mais claramente tais casos, impondo limitações mais estritas e claras sobre o que constitui abuso de poder por parte de agentes do Estado. Em meio a um cenário global que exige rigoroso respeito aos direitos humanos, a prática da revista pessoal, uma das facetas mais visíveis da atividade policial, torna-se um ponto de tensão entre a segurança pública e os direitos individuais. A busca pessoal, enquanto medida preventiva e de investigação, precisa ser conduzida de forma a preservar a dignidade e a privacidade do cidadão, evitando assim, abusos que possam comprometer a integridade física e moral dos indivíduos.

Neste contexto, surge a necessidade de investigar não somente as práticas de revista pessoal, mas principalmente o treinamento oferecido aos policiais em formação. A Polícia Militar do Estado de Goiás, reconhecendo essa necessidade, tem buscado através de sua Academia de Polícia, fortalecer a formação de seus futuros agentes com um currículo que pretende ser reflexo dos princípios democráticos e dos padrões internacionais de direitos humanos.

A presente pesquisa se justifica pela relevância social e política, uma vez que busca contribuir para a construção de políticas públicas mais eficazes e respeitadas no âmbito da segurança pública, objetivando fortalecer a confiança da sociedade nas instituições policiais e promover uma convivência pacífica e democrática entre os diferentes segmentos da população. Ademais, pela necessidade de promover uma abordagem policial que respeite integralmente os

direitos fundamentais dos cidadãos, em conformidade com os princípios democráticos e os padrões internacionais de direitos humanos. Ao compreender as percepções, conhecimentos e práticas dos policiais em relação à revista pessoal, será possível identificar aperfeiçoamentos a serem feitas no treinamento e na formação desses profissionais.

O problema central deste estudo investiga como o treinamento dos policiais em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás influencia sua conduta durante as práticas de revista pessoal, e quais as consequências para a dignidade e privacidade dos indivíduos abordados.

Este estudo tem como objetivo geral investigar a influência do treinamento recebido pelos policiais em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás sobre suas condutas durante as práticas de revista pessoal. Para alcançar este objetivo, será necessário analisar vários aspectos específicos da formação e da prática policial. Primeiramente, serão examinados o conteúdo programático e a abordagem pedagógica do treinamento específico de revista pessoal ministrado na academia, para compreender como os conceitos são ensinados e se estão alinhados com as expectativas legais e éticas contemporâneas.

A metodologia proposta para este projeto de investigação implica uma abordagem criteriosa. Primeiramente, será realizada uma revisão bibliográfica para obter uma compreensão do tema. Para complementar as informações obtidas, será realizada uma análise documental, com objetivo de conhecer os documentos institucionais da Polícia Militar, incluindo manuais de treinamento e manuais operacionais. A coleta de dados primários será realizada por meio de aplicação de um questionário com os alunos soldados em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás. Os dados coletados são analisados detalhadamente por meio de análise qualitativa das respostas e quantitativas para avaliar dados estatísticos relevantes.

## **2 REVISÃO TEÓRICA**

A formação dos policiais militares e a prática das revistas pessoais refletem tanto o cumprimento dos direitos individuais quanto a eficácia das políticas de segurança pública. Balestreri (1998) argumenta que o treinamento em direitos humanos é fundamental para garantir que os policiais realizem suas funções de forma ética e responsável, protegendo a comunidade sem comprometer os direitos dos indivíduos. Essa necessidade de equilibrar segurança e direitos civis é um desafio constante nas academias policiais, onde a formação deve transcender a técnica e incorporar princípios éticos e legais robustos.

A literatura sobre segurança pública frequentemente destaca a tensão entre as necessidades operacionais da polícia e as exigências dos direitos civis, como observado por Cardoso e Cota (2023). Eles discutem que a suspeita razoável deve ser rigorosamente definida e ensinada como parte do currículo policial, para evitar abusos que possam derivar de interpretações subjetivas ou discriminatórias. A formação adequada em como e quando conduzir revistas pessoais é essencial para que os policiais não apenas sigam a lei, mas também respeitem a dignidade das pessoas abordadas.

Skolnick e Fyfe (1993) destacam a "síndrome de John Wayne", uma mentalidade combativa que pode prevalecer entre os policiais, influenciando suas interações com o público de maneira adversa. Essa abordagem pode levar a uma prática policial que prioriza a assertividade e o controle sobre o engajamento e a compreensão, o que pode exacerbar tensões entre a polícia e a comunidade. A formação deve, portanto, também abordar aspectos psicológicos e comportamentais do policiamento, promovendo um equilíbrio entre a assertividade necessária e o respeito pelos direitos civis.

Waddington (1999) oferece uma perspectiva crítica sobre o "cinturão de contenção", que se refere à tendência dos policiais de recorrerem à força mais rapidamente em situações de alta tensão. Este fenômeno pode ser mitigado através de treinamentos que enfatizem estratégias de comunicação eficazes e técnicas de desescalada. A incorporação dessas habilidades no treinamento policial é essencial para evitar violações dos direitos humanos e para melhorar a eficácia das intervenções policiais.

A eficácia da formação em direitos humanos é posta em questão quando consideramos a realidade prática enfrentada pelos policiais nas ruas. Bittner (2003) aponta que, apesar de um treinamento teórico sólido, muitos policiais se encontram despreparados para as nuances das interações reais, onde devem tomar decisões rápidas sob pressão. Este gap entre teoria e prática sugere que os currículos das academias devem ser continuamente revisados e adaptados, com um foco maior em simulações e estudos de caso que preparem melhor os policiais para os desafios do dia a dia.

Segundo a doutrina de "fundada suspeita", delineada por Cardoso e Cota (2023), as abordagens policiais devem ser baseadas em evidências concretas que justifiquem a suspeita, evitando assim práticas discriminatórias e arbitrárias. Este princípio visa proteger os cidadãos de revistas injustificadas, que podem não apenas degradar a confiança na polícia, mas também violar direitos legais essenciais. A revista pessoal deve ser conduzida dentro de um quadro legal estrito para assegurar que não se transforme em uma violação dos direitos garantidos pela constituição.

Conforme descrito por Reiner (2010), a formação policial sobre o equilíbrio adequado entre segurança e privacidade é fundamental para evitar abusos que possam resultar em consequências legais e sociais negativas. Treinamentos específicos que enfatizam o respeito pelos direitos civis podem ajudar a reduzir incidentes de uso excessivo de força e melhorar a imagem pública das forças policiais. A jurisprudência internacional, como a estabelecida pela Corte Europeia de Direitos Humanos, também apoia fortemente a ideia de que qualquer medida de revista deve ser proporcional ao risco envolvido, destacando a necessidade de práticas policiais que respeitem os direitos fundamentais.

A jurisprudência tem evoluído para fortalecer a proteção dos direitos individuais durante revistas pessoais. Como destacado por Narciso (2023), o Superior Tribunal de Justiça tem estabelecido precedentes que enfatizam a necessidade de uma abordagem cuidadosa e respeitosa durante as revistas, assegurando que a privacidade do indivíduo seja mantida sempre que possível. Essas decisões judiciais sublinham a importância de treinamentos com habilidades para realizar revistas de maneira que minimize o desconforto e potencial humilhação.

Reflexões adicionais são apresentadas por Walker (1999), que examina como as revistas pessoais podem se tornar pontos de conflito entre a polícia e as comunidades, especialmente em bairros onde há uma desconfiança histórica das autoridades. A implementação de políticas claras e a comunicação transparente sobre os direitos durante as revistas são essenciais para mitigar mal-entendidos e construir um relacionamento de confiança. A adoção de câmeras corporais tem sido proposta como uma ferramenta para aumentar a transparência e responsabilidade nas interações policiais, incluindo revistas pessoais (White, 2014).

A forma como as revistas pessoais são realizadas tem um impacto direto na percepção pública da polícia. Pesquisas indicam que abordagens invasivas podem levar a uma deterioração da relação entre a comunidade e as forças de segurança. Skolnick e Fyfe (1993) argumentam que práticas policiais percebidas como justas e respeitosas podem significativamente melhorar a confiança comunitária na polícia, enquanto práticas abusivas ou discriminatórias podem contribuir para o antagonismo e desconfiança. Portanto, é fundamental que os policiais sejam treinados não apenas nas técnicas legais e táticas de revista, mas também na comunicação eficaz e na sensibilidade cultural para melhorar as interações com o público.

A extensão desse impacto é discutida por Tyler e Wakslak (2004), que mostram que as atitudes em relação à polícia são profundamente influenciadas pela percepção de legitimidade e justiça nas ações policiais. Práticas justas durante as revistas pessoais reforçam a visão de que a polícia age como um representante legítimo da lei e da ordem, o que é relevante para a manutenção da ordem pública com o consentimento da comunidade. Lum (2011) sugere que as

estratégias baseadas em evidências podem aprimorar a eficácia das revistas pessoais ao mesmo tempo que protegem os direitos individuais, promovendo uma abordagem policial que seja tanto eficaz quanto ética.

De acordo com Oliveira e Vaz (2022) e as diretrizes da Polícia Militar de Goiás (PMGO, 2023) ilustram a complexidade da formação policial, que deve alinhar teoria à prática, garantindo que os policiais não apenas conheçam as leis, mas também como aplicá-las corretamente. O treinamento deve abordar a profundidade dos procedimentos legais e as responsabilidades éticas envolvidas na revista pessoal, enfatizando a importância de agir dentro dos limites da lei e com respeito à privacidade e dignidade do cidadão.

Reiner (2010) aponta que o treinamento deve ser adaptado às realidades locais, considerando as especificidades culturais e sociais das comunidades servidas. Esta abordagem contextualizada ajuda a formar policiais que são não apenas executores da lei, mas também mediadores e facilitadores da ordem pública. A capacidade de interpretar e aplicar a lei de forma sensível ao contexto é relevante para a legitimidade e eficácia policial.

Bayley e Shearing (1996) sugerem que o treinamento em práticas baseadas em evidências pode aprimorar a conformidade legal e a efetividade das respostas policiais. Ao integrar pesquisa e prática, os programas de treinamento podem evoluir continuamente para refletir as melhores práticas e as descobertas mais recentes sobre comportamento humano e relações sociais.

Contudo, a revisão de Poncioni (2005) sugere que muitas vezes há uma desconexão entre o que é ensinado nas academias e a prática nas ruas. Isso pode ser atribuído, em parte, ao currículo que muitas vezes está desatualizado em relação às mudanças rápidas na sociedade e nas leis. Para superar isso, as instituições de formação policial devem integrar feedback constante dos profissionais em campo e atualizar os materiais de treinamento para refletir os desafios contemporâneos e as melhores práticas.

A adesão estrita às regras e procedimentos, enquanto essencial, pode não ser suficiente sem uma compreensão mais ampla das implicações sociais das ações policiais. Como destacado por Bittner (2003), a formação deve também promover uma conscientização crítica sobre o papel social da polícia, encorajando os policiais a considerarem os efeitos de suas ações na comunidade e na confiança pública. Essa abordagem mais holística pode ajudar a mitigar problemas de violência policial e desconfiança da comunidade.

A análise dos currículos e das práticas de treinamento revelam que, embora haja uma intenção de preparar policiais para lidar com dilemas éticos e legais, frequentemente há falhas na implementação que impedem uma formação efetiva. Como observado nos documentos da

PMGO (2023), a estrutura e a qualidade do treinamento variam significativamente, o que pode resultar em disparidades nas competências dos policiais em diferentes regiões ou unidades.

A ênfase na formação prática, como sugerido por Narciso (2023), é fundamental para garantir que os policiais possam aplicar seus conhecimentos teóricos em situações reais. Isso envolve não apenas simulações, mas também análises reflexivas das ações, promovendo uma mentalidade de aprendizado contínuo e melhoria. A integração de tecnologias de treinamento modernas, como realidade virtual, pode proporcionar experiências mais imersivas e eficazes, preparando melhor os policiais para os desafios do trabalho.

Chan (1997) discute a importância de uma cultura organizacional que suporte a aprendizagem contínua e a adaptação das práticas policiais. Uma cultura que valoriza a inovação e a reflexão crítica pode facilitar a incorporação de novas técnicas e abordagens no treinamento policial. A mudança cultural dentro das forças policiais é um pré-requisito para a implementação efetiva de novos currículos e métodos de treinamento.

Pease (1999) ressalta a necessidade de feedback sistemático dos policiais em campo para informar o desenvolvimento curricular. O feedback contínuo pode identificar lacunas no treinamento e ajudar a ajustar os programas para melhor atender às necessidades operacionais e éticas. A colaboração entre acadêmicos, praticantes e formadores é importante para criar um ciclo virtuoso de melhoria contínua no treinamento policial.

Como indicado por Balestreri (1998) e reforçado pelo Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2024), o envolvimento comunitário no desenvolvimento de currículos pode ajudar a assegurar que o treinamento policial seja tanto eficaz quanto respeitoso com os direitos civis, promovendo uma abordagem de segurança pública que seja sustentável e justa.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo adota uma metodologia mista, integrando técnicas qualitativas e quantitativas, para examinar a influência do treinamento na Academia da Polícia Militar de Goiás sobre o comportamento dos policiais durante a busca pessoal. O processo começa com uma revisão bibliográfica abrangente para entender o contexto das práticas de revista pessoal e os direitos individuais envolvidos. Esta fase envolve a análise de uma variedade de fontes, incluindo artigos acadêmicos, livros, políticas públicas e manuais de treinamento, estabelecendo uma base teórica sólida e identificando lacunas de conhecimento que a pesquisa pretende abordar.

Segue-se uma análise documental dos materiais de treinamento usados na academia, incluindo manuais e currículos. Esta análise visa verificar a conformidade do conteúdo

programático com as leis e normas éticas nacionais e internacionais. Posteriormente, dados primários são coletados por meio de um questionário misto aplicado aos policiais em formação. Este questionário inclui perguntas de múltipla escolha e escalas tipo Likert para medir o conhecimento sobre direitos individuais, bem como perguntas abertas para explorar percepções sobre a importância de respeitar a dignidade e a privacidade durante as revistas.

Adicionalmente, observações de campo são realizadas durante simulações de revista pessoal na academia. Estas observações permitem uma avaliação direta de como os conceitos e técnicas são aplicados pelos alunos, identificando discrepâncias entre o treinamento teórico e a aplicação prática. Estas observações oferecem dados sobre o ambiente de aprendizagem e a interação entre instrutores e alunos.

Os dados quantitativos são analisados utilizando técnicas estatísticas para identificar tendências e padrões, enquanto as respostas qualitativas são submetidas à análise de conteúdo para uma interpretação aprofundada das percepções dos policiais sobre o treinamento recebido e sua aplicabilidade prática. A triangulação dos dados, coletados de várias fontes e por diferentes métodos, reforça a validade e confiabilidade dos resultados, proporcionando uma visão detalhada da eficácia do treinamento policial.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

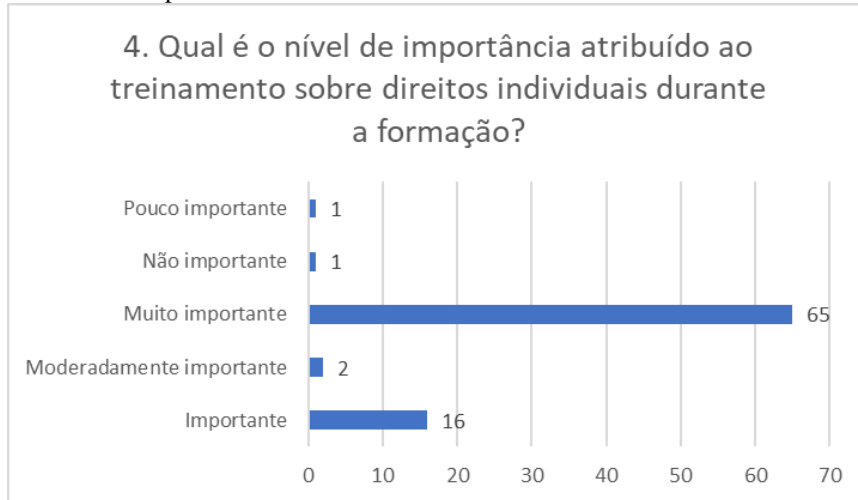
Este estudo envolveu a participação de 85 policiais em formação na academia, com idades variando entre 18 e acima de 39 anos. A amostra foi composta por 19 policiais do gênero feminino e 66 do gênero masculino. O tempo de formação na academia variou entre 1 mês e superior a 9 meses, com a maioria dos participantes (40) tendo 6 meses de formação.

O principal objetivo deste estudo foi avaliar a compreensão dos policiais sobre os direitos individuais dos cidadãos durante uma revista pessoal e identificar possíveis lacunas no treinamento fornecido pela academia de polícia. As respostas foram analisadas para identificar padrões de entendimento e aplicação dos direitos individuais durante as revistas pessoais, bem como para destacar áreas que necessitam de aprimoramento no treinamento policial.

A maioria dos respondentes têm entre 6 a mais de 9 meses de formação, indicando um nível razoável de treinamento formal. Segundo Bittner (2003), a formação contínua e o reforço de conceitos fundamentais ao longo do tempo são cruciais para consolidar o conhecimento e a prática dos direitos individuais durante revistas pessoais. A formação na academia deve ser complementada com treinamentos práticos e atualizações periódicas para garantir a eficácia do aprendizado.

De acordo com o Gráfico 1, a maioria dos respondentes considera o treinamento sobre direitos individuais como muito importante (65), o que reflete uma conscientização sobre a relevância deste aspecto.

Gráfico 1 – Importância do treinamento sobre direitos individuais

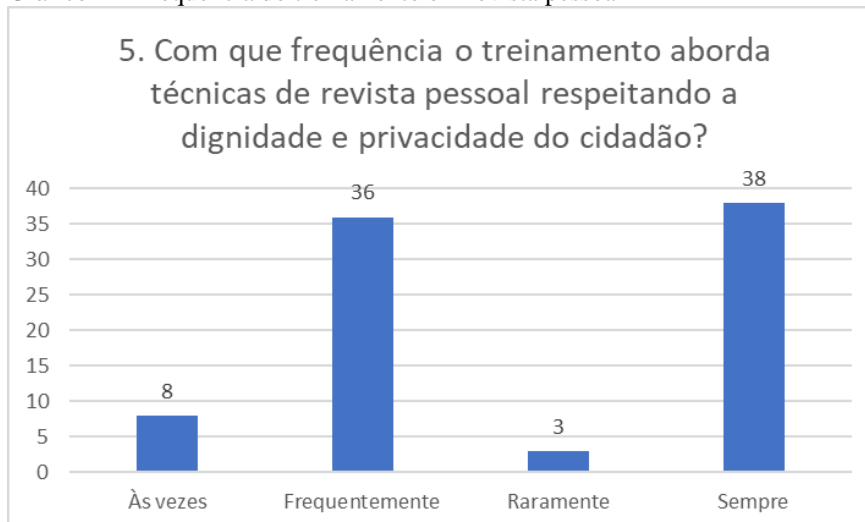


Fonte: A autora (2024).

Sobre o tema, Narciso (2023) argumenta que a ênfase no respeito aos direitos humanos é fundamental para a legitimidade e eficácia das operações policiais. A alta valorização do treinamento em direitos humanos sugere que os policiais estão cientes da importância de respeitar os direitos individuais durante suas atividades.

O Gráfico 2 apresenta os resultados que indicam que a maioria dos respondentes (frequentemente e sempre) participa de treinamentos que abordam técnicas de revista pessoal de maneira respeitosa.

Gráfico 2 – Frequência do treinamento em revista pessoal

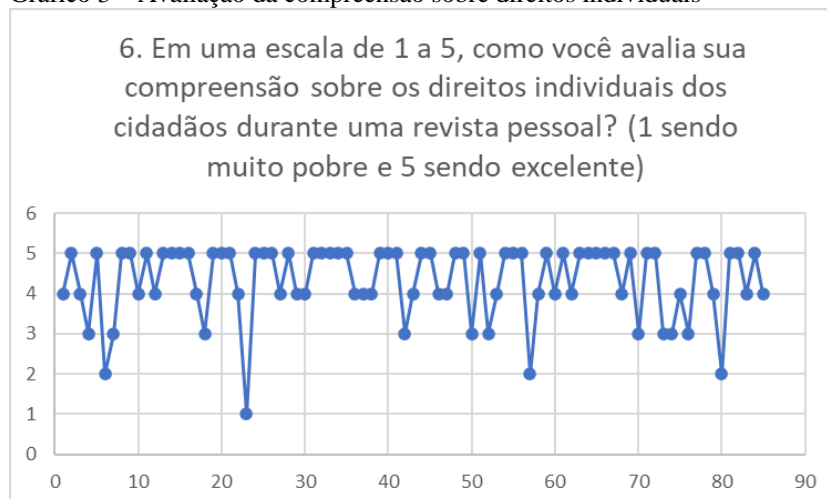


Fonte: A autora (2024).

Segundo Oliveira e Vaz (2022), a frequência e a qualidade desses treinamentos são essenciais para garantir que os policiais internalizem e apliquem essas práticas no campo. A consistência na abordagem desses temas durante o treinamento é fundamental para o desenvolvimento de habilidades práticas e éticas nas operações policiais.

Os resultados da questão 6 demonstrados no Gráfico 3 mostram uma variação significativa na autopercepção dos policiais sobre sua compreensão dos direitos individuais dos cidadãos durante uma revista pessoal, em uma escala de 1 a 5 (1 sendo muito pobre e 5 sendo excelente). Observou-se que a maioria dos respondentes avaliou sua compreensão como alta (4 ou 5), indicando uma percepção positiva sobre seu conhecimento. No entanto, alguns policiais avaliaram sua compreensão como baixa (1 ou 2), sugerindo que há uma necessidade de melhoria no treinamento.

Gráfico 3 – Avaliação da compreensão sobre direitos individuais



Fonte: A autora (2024).

A variação na autopercepção pode indicar inconsistências na eficácia do treinamento recebido pelos policiais. Segundo Balestreri (1998), é fundamental que os programas de treinamento em direitos humanos sejam padronizados e atualizados regularmente para garantir que todos os policiais tenham um entendimento claro e uniforme dos direitos individuais dos cidadãos. Cardoso e Cota (2023) destacam a importância de incorporar simulações práticas e estudos de casos reais para melhorar a compreensão e aplicação desses conhecimentos em situações reais. A necessidade de um treinamento contínuo e adaptado é essencial para garantir que os policiais possam lidar adequadamente com situações diversas e complexas.

Ademais, os respondentes descreveram várias situações em que a revista pessoal foi realizada de maneira respeitosa e ética. Exemplos incluem:

- Educação e Formação: O aprendizado na academia foi considerado fundamental para realizar abordagens respeitadas.
- Presença de Câmeras: A presença de câmeras durante a abordagem ajuda a manter a conduta adequada.
- Respeito e Comunicação: Tratar o cidadão com educação, respeito e comunicação clara contribui para uma abordagem ética.
- Abordagens em Situações Específicas: Experiências positivas ao abordar pessoas em situações específicas, como deficientes ou em estabelecimentos comerciais, foram relatadas.

Essas respostas indicam que a formação adequada e a presença de mecanismos de supervisão, como câmeras, são essenciais para garantir abordagens respeitadas. Balestreri (1998) destaca que a formação contínua e adaptada é necessária para que os policiais estejam cientes e preparados para agir de acordo com os direitos individuais. Tyler e Wakslak (2004) reforçam que a comunicação clara e o respeito mútuo são aspectos essenciais para aumentar a confiança pública nas operações policiais.

Alguns respondentes relataram casos de revistas pessoais consideradas inapropriadas ou excessivas, incluindo:

- Gênero Inadequado do Policial: Revistas realizadas por policiais de gênero diferente do abordado.
- Excessos e Truculência: Casos de revista considerados truculentos, especialmente sem elementos claros de suspeição.
- Realidade Diferente do POP: Diferenças entre a prática no campo e os Procedimentos Operacionais Padrão (POP).

Esses relatos sugerem a necessidade de uma formação contínua e específica para lidar com situações sensíveis e garantir a adaptação das práticas de campo aos POPs. Lemgruber e Junior (2022) destacam a importância de seguir rigorosamente os procedimentos estabelecidos para evitar abusos e garantir o respeito aos direitos humanos. Skolnick e Fyfe (1993) reforçam que a formação deve incluir componentes éticos e práticos para prevenir o uso excessivo da força e outras práticas inadequadas.

A maioria dos respondentes considera o treinamento recebido suficiente, enquanto alguns apontaram a necessidade de mais prática e adaptação à realidade do campo:

- **Treinamento Amplo e Exaustivo:** Muitos acreditam que o treinamento é amplo e prepara adequadamente para situações corriqueiras.
- **Necessidade de Mais Prática:** Alguns destacaram a necessidade de mais prática e adaptação a situações reais, que podem ser imprevisíveis.
- **Repetição e Requalificação:** Sugestão de que o treinamento deve ser repetido ao longo dos anos para garantir uma requalificação constante.

A necessidade de mais prática e requalificação contínua é clara. Segundo Bittner (2003), a formação deve ser um processo contínuo, com treinamento regular e adaptativo para enfrentar os desafios do campo de forma eficaz. Reiner (2010) argumenta que a adaptação constante do treinamento às novas realidades e desafios é essencial para a eficácia das operações policiais.

Os respondentes sugeriram várias melhorias para o treinamento:

- **Foco em Técnicas Não Invasivas:** Mais treinamento voltado para técnicas de revista não invasivas.
- **Treinamento Específico para Excepcionalidades:** Mais treinamento específico em abordagens a mulheres, pessoas LGBTQ+, e outras excepcionalidades.
- **Uso de Tecnologia:** Necessidade de utilizar mais tecnologias para auxiliar na revista pessoal.

Essas sugestões reforçam a necessidade de um treinamento mais abrangente e especializado. Cardoso e Cota (2023) enfatizam a importância de incorporar novas tecnologias e práticas inovadoras no treinamento policial para melhorar a conformidade com os direitos humanos e a eficácia operacional. Walker (1999) argumenta que a incorporação de tecnologias modernas pode aumentar a transparência e a responsabilidade nas operações policiais.

Os respondentes ofereceram sugestões para melhorar a prática de revista pessoal em termos de respeito à dignidade e privacidade do cidadão:

- **Não Limitar Abordagens:** Sugestão para não limitar as abordagens policiais com base em suposições.
- **Inclusão de Técnicas Específicas:** Utilizar testemunhas femininas para revistar mulheres suspeitas quando não há uma policial feminina disponível.
- **Melhorias na Comunicação:** Incentivar o cidadão a cooperar com a abordagem ao invés de resistir.
- **Investimento em Tecnologias:** Utilizar aparelhos que identifiquem objetos ilícitos no corpo sem a necessidade de contato físico direto.

Essas sugestões refletem uma preocupação contínua com a adaptação das práticas de revista pessoal às normas de direitos humanos. Waddington (1999) argumenta que a formação policial deve enfatizar a importância da comunicação clara e respeitosa para reduzir tensões durante as abordagens. A recomendação de utilizar tecnologias avançadas, conforme sugerido por White (2014), pode não apenas melhorar a eficácia das revistas, mas também aumentar a transparência e a confiança pública nas operações policiais.

A análise dos resultados revela que, embora haja um bom nível de compreensão e valorização dos direitos individuais durante as revistas pessoais, ainda existem áreas que necessitam de melhorias significativas. A variação nas respostas indica a necessidade de uma formação mais uniforme e adaptativa que contemple as diferentes realidades encontradas no campo.

Ao seguir as sugestões dos próprios alunos soldados em formação, a Polícia Militar de Goiás pode melhorar significativamente suas práticas de revista pessoal, assegurando que os direitos individuais sejam sempre respeitados e promovendo uma maior confiança e legitimidade nas suas operações.

Os resultados deste estudo revelam que, embora haja uma valorização significativa do treinamento sobre direitos individuais e uma percepção positiva geral sobre a preparação fornecida pela academia de polícia, existem áreas que necessitam de melhorias contínuas. A variação na compreensão dos direitos individuais e a presença de experiências negativas indicam que o treinamento deve ser continuamente aprimorado e adaptado às novas realidades e desafios enfrentados pelos policiais.

A formação contínua, a incorporação de tecnologias modernas e o desenvolvimento de módulos de treinamento específicos são essenciais para garantir que os policiais estejam sempre preparados para realizar revistas pessoais de maneira respeitosa e conforme os direitos humanos. Ao implementar essas melhorias, a Polícia Militar pode não apenas aumentar a eficácia de suas operações, mas também promover uma maior confiança e legitimidade junto ao público.

A partir dessa análise, é claro que a implementação de um treinamento contínuo, adaptativo e específico, aliado ao uso de tecnologias modernas, pode proporcionar um avanço significativo na prática de revista pessoal respeitosa e conforme os direitos humanos, atendendo aos objetivos do estudo e respondendo adequadamente à questão problema proposta.

## **5 CONCLUSÃO**

A formação dos soldados da Polícia Militar do Estado de Goiás em relação aos direitos individuais e à execução de revistas pessoais apresenta desafios que vão além da simples transmissão de conhecimento teórico. Este estudo demonstrou que, embora os policiais em formação reconheçam a importância dos direitos fundamentais e estejam cientes da necessidade de realizar abordagens de forma ética, ainda existem lacunas significativas na tradução desse conhecimento em práticas cotidianas.

Os resultados evidenciaram que a teoria abordada durante o treinamento nem sempre é plenamente integrada à prática, o que pode gerar inconsistências na maneira como as revistas pessoais são conduzidas. Isso é especialmente preocupante, pois a falta de uniformidade na aplicação das normas pode resultar em violações dos direitos dos cidadãos, comprometendo a confiança do público nas forças policiais.

A pesquisa revelou também a importância crítica de um treinamento mais robusto e contínuo, que não só enfatize os aspectos legais e éticos, mas que também ofereça oportunidades para a prática e reflexão. As simulações realistas e o uso de tecnologias modernas, como câmeras corporais e scanners não invasivos, são ferramentas que podem ajudar a alinhar a prática policial com os princípios de direitos humanos.

A formação deve ser adaptável e sensível às necessidades específicas dos diversos contextos sociais e culturais em que os policiais atuam. O respeito à dignidade e privacidade dos cidadãos não pode ser visto como uma simples formalidade, mas como um elemento central da prática policial que, quando negligenciado, tem o potencial de minar a legitimidade da instituição.

Portanto, para que a Polícia Militar do Estado de Goiás possa atuar de maneira efetiva e justa, é essencial que a formação dos policiais seja contínua, prática e sensível às complexidades do campo. Somente assim será possível garantir que as operações policiais não apenas mantenham a ordem pública, mas também promovam os direitos humanos e a confiança da comunidade. Ao avançar com essas melhorias, a instituição estará mais bem preparada para enfrentar os desafios contemporâneos e para desempenhar seu papel com a devida responsabilidade e respeito à sociedade que serve.

## REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. Porto Alegre: CAPEC; Pater Editora Passo Fundo, RS, 1998. Disponível em: [http://www.policiacivil.rs.gov.br/upload/1380658924\\_Balestreri\\_Direitos\\_Humanos\\_Coisa\\_policia.pdf](http://www.policiacivil.rs.gov.br/upload/1380658924_Balestreri_Direitos_Humanos_Coisa_policia.pdf) Acesso em: 05 mai 2024.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.

CARDOSO, Marcos Lopes; COTA, Maria do Carmo. A fundada suspeita: ações policiais envolvendo a busca pessoal. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 7, p. 154-168, 2023.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

LEMGRUBER, Letícia; JUNIOR, Américo Bedê Freire. Busca pessoal no policiamento preventivo e repressivo. fundamento constitucional e standards probatórios autorizadores. **Revista Esmat**, v. 14, n. 24, p. 147-170, 2022.

NARCISO, Raphael Gumbowsky. A possibilidade da abordagem policial, busca pessoal e veicular realizada por policiais militares: jurisprudência do superior tribunal de justiça. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 11, p. e4114342-e4114342, 2023.

OLIVEIRA, Raiane Martins; VAZ, Jefferson Freitas. A polícia militar suas atribuições a busca pessoal e a fundada suspeita. **NATIVA-Revista de Ciências, Tecnologia e Inovação**, v. 3, n. 2, p. 117-126, 2022.

REINER, Robert. **The Politics of the Police**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SKOLNICK, Jerome H.; FYFE, James J. **Above the Law: Police and the Excessive Use of Force**. New York: The Free Press, 1993.

TYLER, Tom R.; WAKSLAK, Christine J. **Profiling and police legitimacy: Procedural justice, attributions of motive, and acceptance of police authority**. *Criminology*, v. 42, n. 2, p. 253-281, 2004.

WADDINGTON, P. A. J. Police (Canteen) Sub-Culture. An Appreciation. **British Journal of Criminology**, v. 39, n. 2, p. 287-309, 1999.

WALKER, Samuel. **The New World of Police Accountability**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1999.

WHITE, Michael D. **Police Officer Body-Worn Cameras: Assessing the Evidence**. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services, 2014.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

Esta pesquisa tem como objetivo avaliar a eficácia do treinamento recebido por policiais em formação com foco na revista pessoal e nos direitos individuais dos cidadãos. O estudo pretende analisar tanto o conhecimento teórico quanto a aplicação prática desse conhecimento em simulações e situações reais, buscando identificar pontos de melhoria para futuros treinamentos.

Como participante, você será solicitado a responder a um questionário que inclui perguntas fechadas e abertas. O questionário abordará temas relacionados ao seu treinamento na academia, suas percepções sobre a revista pessoal e os direitos individuais, além de suas experiências práticas.

Não há riscos físicos envolvidos na participação deste estudo. Além disso, as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e para melhorar os programas de treinamento. Embora não haja benefícios diretos para você, sua participação é valiosa para aprimorar as práticas de treinamento e contribuir para o respeito aos direitos individuais durante as revistas pessoais.

Todas as informações coletadas neste estudo serão tratadas com estrita confidencialidade. Seus dados serão anonimizados e apenas os pesquisadores terão acesso às informações. Resultados gerais podem ser publicados em relatórios ou artigos científicos, mas nenhuma informação que possa identificar individualmente os participantes será utilizada.

Sua participação neste estudo é totalmente voluntária. Você tem o direito de retirar-se do estudo a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer tipo de penalidade ou perda de benefícios.

Concordo em participar

Não concordo em participar

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO**

1. Qual sua idade?

Entre 18 a 25 anos

Entre 26 e 32 anos

Entre 33 e 38 anos

Mais de 39 anos

2. Gênero:

Masculino

Feminino

Outro

3. Tempo de formação na academia

1 mês

2 meses

3 meses

6 meses

9 meses

Mais de 9 meses

4. Qual é o nível de importância atribuído ao treinamento sobre direitos individuais durante a formação?

Muito importante

Importante

Moderadamente importante

Pouco importante

Não importante

5. Com que frequência o treinamento aborda técnicas de revista pessoal respeitando a dignidade e privacidade do cidadão?

Sempre

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

6. Em uma escala de 1 a 5, como você avalia sua compreensão sobre os direitos individuais dos cidadãos durante uma revista pessoal? (1 sendo muito pobre e 5 sendo excelente)

1

2

3

4

5

7. Descreva uma situação em que você sentiu que a revista pessoal foi realizada de maneira respeitosa e ética. Quais fatores contribuíram para isso?

8. Você já presenciou ou soube de casos de revista pessoal que você consideraria inapropriada ou excessiva? Descreva o que aconteceu e como isso afetou sua percepção sobre o treinamento recebido.

9. Na sua opinião, o treinamento recebido é suficiente para preparar os policiais para lidar com situações reais de revista pessoal respeitando os direitos individuais? Por que sim ou por que não?

10. Que aspectos do treinamento sobre revista pessoal poderiam ser melhorados para garantir uma maior conformidade com os direitos humanos?

11. Tem alguma sugestão específica que poderia ajudar a melhorar a prática de revista pessoal em termos de respeito à dignidade e privacidade do cidadão?